



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

118,

12

Terceira Câmara de Direito Público

Recurso de Agravo no DGO e na Apelação Nº: 324389-4 (2ª Vara de Acidentes do Trabalho da Capital)

Recorrente: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Procurador (a): Jorge Andrade de Medeiros

Recorrido (a): Ivanise Maria Francisca

Advogado (a): Dulcinéia Coutinho da Silva (PE009904)

Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. REDUÇÃO PERMANENTE DA CAPACIDADE LABORATIVA DO OBREIRO. ARTIGO 86 DA LEI Nº 8.213/91. CONCESSÃO DE AUXÍLIO-ACIDENTE. LAUDO PERICIAL. NÃO VINCULAÇÃO. LIVRE CONVENCIMENTO FUNDADO EM OUTROS MEIOS DE PROVA. HONORÁRIOS. INOVAÇÃO RECURSAL. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Trata a demanda de concessão do auxílio-doença durante todo o período do afastamento a partir de outubro/2003, bem como a concessão do auxílio acidente. Informam os autos que a autora trabalhava em empresa exercendo a função de costureira e que restou afastada de suas funções devido a doença diagnosticada como hérnia cervical lombar.
2. Há várias declarações médicas acostadas aos autos, bem como exame de ressonância nuclear magnética (fls. 20-27) atestando que a requerente é portadora de *espondilostese anterior 15-s1, disco intervertebral com sinais degenerativos e grande herniação discal pósterio-lateral esquerda de características protusa, com compressão sobre a raiz nervosa*.
3. Uma vez constatada a degeneração e, considerando que o trabalho realizado por costureira é realizado em posição sentada e estática, possível afirmar que a doença diagnosticada resultou do exercício laboral realizado. Trata-se de exercício da atividade laboral habitual de costureira, cujos fatores de ergonomia e natureza ocupacional decorrem do desempenho em posições forçadas.
4. O juiz não está adstrito às conclusões da perícia técnica, podendo se pautar em outros elementos de prova aptos à formação de seu livre convencimento, estando autorizado a concluir pela incapacidade laborativa fundado no conjunto probatório produzido nos autos e nas particularidades do caso concreto. Precedentes.
5. Nenhum óbice ao posicionamento monocrático com base no artigo 557, §1º-A do CPC, vez que a concessão do auxílio-acidentário foi possível mediante a comprovação do nexo causal e redução da capacidade laborativa evidenciada nos autos, o que não exige, necessariamente, ao exame conclusivo da perícia oficial, o que é reforçado pelos precedentes jurisprudenciais da Corte Superior.
6. Inovação recursal quanto à impugnação à verba honorária fixada.
7. Por unanimidade, negou-se provimento ao presente recurso.

ACÓRDÃO

12

Vistos, relatados e discutidos estes autos do **Recurso de Agravo na Apelação de nº 0324389-4**, da Comarca de Recife, em que figuram, como Recorrente, o **Instituto Nacional do Seguro Social - INSS** e, como Recorrida, **Ivanise Maria Francisca**,

ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Terceira Câmara de Direito Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, a unanimidade, em **negar provimento** ao Recurso de Agravo em análise, tudo de conformidade com os

RAemDGOeAP0324389-4

Praça da República, s/nº, 3º andar - Santo Antônio - RECIFE-PE - CEP 50010-040 Fone: 3419.3228



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

12

votos anexos, os quais, devidamente revistos e rubricados, passam a integrar este julgado.

Recife,

18

de

Julho

de 2014.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

119
12

Terceira Câmara de Direito Público

Recurso de Agravo no DGO e na Apelação Nº: 324389-4 (2ª Vara de Acidentes do Trabalho da Capital)

Recorrente: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Procurador (a): Jorge Andrade de Medeiros

Recorrido (a): Ivaníse Maria Francisca

Advogado (a): Dulcinéa Coutinho da Silva (PE009904)

Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

RELATÓRIO

12

Cuida-se de **Recurso de Agravo** (fls. 104-111) interposto pelo **Instituto de Seguro Social - INSS**, em face de **Ivaníse Maria Francisca**, combatendo decisão terminativa de fls. 95-97 verso.

A decisão questionada (fls. 95-97 verso) **NEGOU PROVIMENTO ao Reexame Necessário, restando prejudicado o recurso de apelação interposto, ex-vi** do art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil, c/c o art. 74, inciso VIII, do RITJ de Pernambuco, mantendo-se intacta a decisão recorrida, a qual julgou procedente a ação, determinando que o INSS procedesse ao pagamento do auxílio-doença a partir da data do afastamento da autora de suas atividades laborativas e auxílio-acidente, mais abono anual.

Reitera, em síntese, que inexistem parâmetros sobre os critérios adotados para os julgamentos proferidos pelo juiz sentenciante, já que não há nos autos qualquer prova robusta de que a patologia da requerente seja decorrente da sua atividade laboral.

Aduz, ainda, que o julgamento monocrático, previsto no artigo 557, §1º-A, do CPC só tem lugar quando se tratar de matéria de direito, para cujo deslinde não se faz necessária a análise probatória, o que não é o caso dos autos.

Alega, ao final, excesso na verba honorária fixada, entendendo deva ser observado o artigo 20, §4º do CPC quanto à análise equitativa do julgador.

Pugna pela reconsideração do julgamento monocrático e consequente provimento do apelo anteriormente manuseado.

Não estando convencido da reforma da decisão agravada, submeto este agravo legal à apreciação da Câmara.

É o relatório.

RAemDGOeAP0324389-4

Praça da República, s/nº, 3º andar - Santo Antônio - RECIFE-PE - CEP 50010-040 Fone: 3419.3228



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

12

VOTO

Apesar do inconformismo da parte ora recorrente, tenho em mente que dito *decisum* não merece reprimenda, bastando reafirmar os fundamentos que adotei na decisão terminativa ora combatida para também repelir este seu Agravo Legal.

Da análise dos autos, vê-se que o recorrente insiste em teses esposadas quando do recurso voluntário interposto contra a sentença em lanço. Mantenho a mesma persuasão que me norteou quando da prolação do *decisum* ora impugnado.

Trata a demanda de concessão do auxílio-doença durante todo o período do afastamento a partir de outubro/2003, bem como a concessão do auxílio acidente.

Informam os autos que a autora trabalhava em empresa exercendo a função de costureira e que restou afastada de suas funções devido a doença diagnosticada como hérnia cervical lombar. A CAT não foi assinada pela empresa e o sindicato da categoria não se pronunciou.

Consta, ainda, que a requerente não exerceu outra função que não a de costureira (fls. 14 e 53) tendo se afastado do ofício devido a dores na coluna lombar.

A própria autarquia requerida informa quanto à comprovação da incapacidade para o trabalho pela perícia médica, porém não foi reconhecido o direito ao benefício *por não ter sido comprovada a carência de 12 contribuições mensais* (fls. 17).

Vale salientar que a concessão do auxílio-doença e auxílio acidente é devida independentemente de carência, não podendo a omissão do empregador causar prejuízo ao beneficiado. Assim está expresso no dispositivo legal pertinente, *in verbis*:

Art. 26. Independe de carência a concessão das seguintes prestações:

- I - pensão por morte, auxílio-reclusão, salário-família e auxílio-acidente;
- II - auxílio-doença e aposentadoria por invalidez nos casos de acidente de qualquer natureza ou causa e de doença profissional ou do trabalho, bem como nos casos de segurado que, após filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social, for acometido de alguma das doenças e afecções especificadas em lista elaborada pelos Ministérios da Saúde e do Trabalho e da Previdência Social a cada três anos, de acordo com os critérios de estigma, deformação, mutilação, deficiência, ou outro fator que lhe confira especificidade e gravidade que mereçam tratamento particularizado.

RAemDGOeAP0324389-4



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

120

12

O laudo pericial oficial conclui não ser possível o restabelecimento de nexo de causalidade entre a patologia e o trabalho efetuado, estando a autora apta para as suas atividades laborais (fls. 45).

No entanto, há várias declarações médicas acostadas aos autos, bem como exame de ressonância nuclear magnética (fls. 20-27) atestando que a requerente é portadora de *espondilose anterior 15-si, disco intervertebral com sinais degenerativos e grande hérnia discal pósterolateral esquerda de características protusa, com compressão sobre a raiz nervosa*.

Observe-se que, uma vez constatada a degeneração e, considerando que o trabalho realizado por costureira é realizado em posição sentada e estática, possível afirmar que a doença diagnosticada resultou do exercício laboral realizado. Trata-se de exercício da atividade laboral habitual de costureira, cujos fatores de ergonomia e natureza ocupacional decorrem do desempenho em posições forçadas.

Dúvida não há quanto à possibilidade de, com o retorno da obreira a mesma função laboral, agravamento das doenças diagnosticadas, podendo resultar na sua incapacidade definitiva.

Em Parecer, a douta Procuradoria de Justiça Cível (fls. 90-92), pugnando pelo não provimento do Reexame Necessário, assim se pronunciou:

"(...) doenças que podem com o trabalho serem agravadas e incapacitar definitivamente a obreira para o trabalho, havendo redução permanente de sua capacidade laborativa. Tal fato resulta um maior esforço do obreiro para o exercício de suas atividades habituais, estando o caso enquadrado no art. 86 da Lei nº 8.213/91, com a redação dada pela Lei nº 9.528/97 (...)"

Nesse sentido, observe-se julgado a seguir consignado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO ACIDENTÁRIA. AUXÍLIO-ACIDENTE. AUTORIDADE JUDICIAL DE 1º GRAU QUE DEFERIU PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. AUTORA BENEFICIÁRIA DE AUXÍLIO-DOENÇA ACIDENTÁRIO DE 05.09.2009 ATÉ 21.08.2012. RELATÓRIOS DE RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DA COLUMNA CERVICAL E DA COLUMNA LOMBO-SACRA DA AUTORA QUE EVIDENCIARAM DEGENERAÇÃO DISCAL DIFUSA, HÉRNIA DISCAL, ABAULAMENTO DISCAL E OSTEOARTROSE ARTICULAÇÕES FACETARIAS E HIPERTROFIA DO LIGAMENTO AMARELO. RESULTADO DA TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DO COTOVELO DIREITO QUE APONTOU EPICONDILITE LATERAL. ATESTADO MÉDICO DE INCAPACIDADE DA AUTORA AO TRABALHO HABITUAL COMO COSTUREIRA. PERICULUM IN MORA EVIDENCIADO DIANTE DA NATUREZA ALIMENTAR DO BENEFÍCIO PERSEGUIDO. REQUISITOS AUTORIZADORES DA IMPLEMENTAÇÃO IMEDIATA DO AUXÍLIO-DOENÇA CARACTERIZADOS. LEI N. 8.213/1991, ART. 59. RECURSO DESPROVIDO. "Presentes a verossimilhança das alegações, consubstanciada em atestados médicos que indicam a redução da capacidade laborativa do segurado, e o perigo da demora na prestação jurisdicional, a considerar que se pleiteia verba de caráter alimentar, é possível o deferimento, in limine, de tutela antecipada, na forma do art. 273 do CPC, para a implementação imediata de auxílio-acidente. [...]" (Agravado de

RAemDGOeAP0324389-4



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

12

Instrumento n. 2009.041959-8, de São José, rel. Des. Francisco Oliveira Neto, Terceira Câmara de Direito Público, j. 02.08.2011) (TJ-SC, Relator: Nelson Schaefer Martins, Data de Julgamento: 18/11/2013, Segunda Câmara de Direito Público Julgado)

A Lei nº 8.213/91, que trata sobre os benefícios da Previdência Social, com redação dada pela Lei nº 9.528/97, assim dispõe no artigo 86, *in verbis*:

"O auxílio-acidente será concedido, como indenização, ao segurado quando, após consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultarem seqüelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia."

O auxílio-acidente é o benefício de pagamento mensal e sucessivo devido ao segurado que, após consolidação de lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, apresentar sequelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia, conforme reza o art. 86 da Lei 8.213/91.

É sabido que o julgador não está adstrito única e exclusivamente ao laudo pericial oficial, considerando que há outros elementos nos autos capazes de formar o livre convencimento do juiz. Tal é o entendimento pacificado na Corte Superior como a seguir demonstrado:

PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. LAUDO PERICIAL. NÃO VINCULAÇÃO. LIVRE CONVENCIMENTO FUNDADO EM OUTROS MEIOS DE PROVA. POSSIBILIDADE. AUXÍLIO-ACIDENTE. LESÃO MÍNIMA. DIREITO AO BENEFÍCIO. 1. O juiz não está adstrito às conclusões da perícia técnica, podendo se pautar em outros elementos de prova aptos à formação de seu livre convencimento, estando autorizado a conduzir pela incapacidade laborativa fundado no conjunto probatório produzido nos autos e nas particularidades do caso concreto. Precedentes. 2. O tema trazido nas razões de recurso especial já foi enfrentado pela Terceira Seção desta Corte, no julgamento do REsp 1.109.591/SC, pelo rito estabelecido pelo art. 543-C do CPC, sendo consolidado o entendimento de que, para a concessão de auxílio-acidente, é necessário que a seqüela acarrete a diminuição da capacidade laborativa do segurado, ainda que em grau mínimo. 3. Ficou incontroverso que a lesão decorrente do acidente de trabalho sofrido pelo autor deixou sequelas que provocaram o decréscimo em sua capacidade laborativa. Assim, é de rigor a concessão do benefício de auxílio-acidente, independentemente do nível do dano e, via de consequência, do grau do maior esforço. 4. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ - AgRg no AREsp: 309593 SP 2013/0064414-4, Relator: Ministro SÉRGIO KUKINA, Data de Julgamento: 20/06/2013, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 26/06/2013) (original sem destaque)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. A ALEGADA CONTRARIEDADE A DISPOSITIVOS INFRACONSTITUCIONAIS NÃO RESTOU CONFIGURADA. DISSÍDIO NÃO DEMONSTRADO NOS MOLDES REGIMENTAIS. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ.

1. O agravante não trouxe argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçaram a decisão agravada, razão que enseja a negativa de provimento ao agravo regimental.

2. "Para se chegar à conclusão diversa do Tribunal a quo, faz-se necessário o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada

RAemDGOeAP0324389-4



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

12

pela Súmula 7/STJ". (Precedente: AgRg no Ag 688.221/PR, Relatora Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJ de 27/8/2007.) 3. Com relação à concessão de aposentadoria por invalidez, **este Superior Tribunal de Justiça possui entendimento no sentido da desnecessidade da vinculação do magistrado à prova pericial, se existentes outros elementos nos autos aptos à formação do seu convencimento, podendo, inclusive, concluir pela incapacidade permanente do segurado em exercer qualquer atividade laborativa, não obstante a perícia conclua pela incapacidade parcial.** (Precedente: AgRg no Ag 1102739/GO, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA, DJe 09/11/2009) 4. O alegado dissídio jurisprudencial não restou demonstrado nos moldes legal e regimentalmente exigidos (arts. 541, parágrafo único, do Código de Processo Civil e 255 e §§ do Regimento). 5. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no Ag 1420849/PB, Rel. Ministro VASCO DELLA GIUSTINA (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RS), SEXTA TURMA, julgado em 17/11/2011, DJe 28/11/2011) *(original sem destaque)*

Ainda colaciono julgados desta Corte de Justiça como a seguir demonstrado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREVIDENCIÁRIO. REATIVAÇÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA ACIDENTÁRIO. 1. Verossímeis as alegações apresentadas pela segurada, que comprovou, por meio de atestados médicos recentes, ser portadora de enfermidade aparentemente causada por acidente de trabalho, fato que a impossibilita de exercer sua atividade laboral habitual, e, por conseguinte, legitima a concessão da tutela antecipada. 2. O auxílio-doença acidentário é concedido a fim de que, diante de enfermidades laborais temporárias, o trabalhador possa realizar o tratamento de saúde adequado até seu definitivo restabelecimento, sem desprover sua família do essencial à sobrevivência. 3. Agravo de Instrumento provido. (TJ-PE - AI: 429620720118170001 PE 0018799-63.2011.8.17.0000, Relator: Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello, Data de Julgamento: 05/07/2012, 2ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 125/2012)

PREVIDENCIÁRIO. ACIDENTE DE TRABALHO. AUXÍLIO-ACIDENTE. NEXO DE CAUSALIDADE. REDUÇÃO DA CAPACIDADE LABORATIVA PARA O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE HABITUAL PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS. NÃO VINCULAÇÃO DO MAGISTRADO À PROVA PERICIAL. CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA. APLICAÇÃO IMEDIATA DA LEI Nº 11.960/09 AOS PROCESSOS EM ANDAMENTO. 1. Do conjunto probatório constante dos autos, constata-se que a amputação de um quirodáctilo caracteriza uma limitação física redutora da capacidade laboral, ante a natureza estritamente manual da atividade habitual do segurado. 2. Preenchidos, assim, os requisitos legalmente exigidos pelo art. 86 da Lei nº 8.213/91 para a concessão do auxílio-acidente no percentual de 50% do salário de benefício, sendo devido a partir do dia seguinte à cessação do auxílio-doença acidentário. 3. No que pertine à data inicial para a percepção do benefício, esta só coincide com a juntada do laudo pericial aos autos quando não há concessão do auxílio-doença administrativamente. 4. O magistrado não está adstrito às provas periciais constantes dos autos, podendo firmar seu convencimento de forma fundamentada em outros elementos constantes dos autos. 5. O art. 1º-F, da Lei 9.494/97, modificada pela Medida Provisória 2.180-35/2001 e, posteriormente pelo artigo 5º da Lei nº 11.960/09, tem natureza instrumental, devendo ser aplicado aos processos em tramitação. 6. Os valores resultantes de condenações proferidas contra a Fazenda Pública após a entrada em vigor da Lei 11.960/09 devem observar os critérios de

RAemDGOeAP0324389-4



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

12

atualização (correção monetária e juros) nela disciplinados, enquanto vigorarem. Por outro lado, no período anterior, tais acessórios deverão seguir os parâmetros definidos pela legislação então vigente. (TJ-PE - AGV: 2668260 PE 0018316-96.2012.8.17.0000, Relator: Erik de Sousa Dantas Simões, Data de Julgamento: 02/10/2012, 1ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 187)

Nesse sentido, nenhum óbice ao posicionamento monocrático com base no artigo 557, §1º-A do CPC, vez que a concessão do auxílio-acidentário foi possível mediante a comprovação do nexo causal e redução da capacidade laborativa evidenciada nos autos, o que não está adstrito apenas ao exame conclusivo da perícia técnica, o que é reforçado pelos precedentes jurisprudenciais da Corte Superior, a exemplo do aresto acima transcrito.

Quanto à verba honorária incabível apreciação da matéria por se tratar de inovação recursal, uma vez que o INSS não impugnou o valor dos honorários advocatícios em sede de apelação.

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO. PARCELAMENTO DO DÉBITO. INTERRUÇÃO DA CONTAGEM PRESCRITIVA. CRÉDITO QUE SUPOSTAMENTE ESTARIA EXTINTO QUANDO DO PARCELAMENTO. IMPOSSIBILIDADE DE CONDENÇÃO EM HONORÁRIOS. INOVAÇÃO RECURSAL. MATÉRIAS NÃO PREQUESTIONADAS. SÚMULA 282/STF. 1. O parcelamento configura reconhecimento inequívoco da dívida pelo devedor, de modo que sua existência interrompe a contagem prescritiva, face ao disposto no art. 174, parágrafo único, inc. IV, do CTN. 2. Verificada a ausência de prequestionamento em relação à tese de que antes mesmo dos parcelamentos, os créditos já estariam prescritos, impõe-se a aplicação da Súmula 282/STF. 3. O argumento acerca do não cabimento de condenação em honorários em exceções de pré-executividade não acolhidas constitui verdadeira inovação recursal, posto não ter sido arguido no momento oportuno, encontrando também óbice na Súmula 282/STF, por evidente falta de prequestionamento. 4. Agravo regimental não provido. (STJ - AgRg no AREsp: 423026 DF 2013/0365493-3, Relator: Ministro BENEDITO GONÇALVES, Data de Julgamento: 11/02/2014, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 19/02/2014)

Ante todo o exposto, não tendo a argumentação do recorrente infirmado os fundamentos da decisão proferida por esta Relatoria, voto pelo **NÃO PROVIMENTO** ao presente recurso.

É como voto.

Recife, 03 de julho de 2014.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator